

# Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 64  
03 de julho de 2010

[**versão provisória**]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.  
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.  
Por favor, não cite nem divulgue este material.

[00:00] Boa tarde a todos. Sejam bem vindos.

Eu queria começar lendo para vocês uma série de notas que eu tomei a respeito das últimas aulas — que talvez eu venha a publicar num livreto mais tarde. É uma oportunidade de ter, ao mesmo tempo, um resumo e algumas explicações suplementares.

Eu vou ler e depois acrescentar alguma coisa aqui.

Eu só não coloquei *online*, ainda, porque este não é um texto final. É apenas um rascunho. Mas tão logo esteja mais elaborado, vou colocá-lo *online* à disposição de vocês, independentemente da publicação — ou não — em livro.

Então eu começo assim:

“O que eu vou dizer aqui não é nenhuma grande novidade; pelo menos não soaria como tal aos ouvidos de Sócrates, do Imperador Marco Aurélio ou de Santo Agostinho, para não falar de Moises e do Faraó. No entanto, ela se tornou de tal modo estranha à sensibilidade dos nossos contemporâneos que já não se pode apresentá-la com a cândida impudicícia das verdades simples e diretas. É preciso chegar a ela por via dissimulada e oblíqua, pagando, a cada trecho do caminho, tributo devido aos potentados do dia, que não admitem nenhum conhecimento mais elevado que a altura máxima de suas cabeças, e não avançando senão no passo miudinho e hesitante daquilo que se convencionou, por medo e servilismo, chamar de razão e ciência.”

“Poucos males, com efeito, debilitaram a inteligência humana tanto quanto a crença popular de que nada se pode saber com certeza, senão o que seja admitido universalmente como certo pela comunidade acadêmica, uma das mais presunçosas e corruptas que a história já conheceu. Reconhecendo, porém, o império que essa autoridade supremamente duvidosa exerce sobre as almas trêmulas dos homens de hoje, e cioso de não ferir nem mesmo as suscetibilidades mais extremas e doentias, cedo ao costume estabelecido e, ainda que provisoriamente, consinto — *Oh Céus!* — em raciocinar a partir de fatos científicos comumente admitidos e não de evidências pessoais diretas, invertendo a hierarquia lógica que vigorava nos tempos do sã entendimento humano. (...)”

Aqui está subentendido que sem a capacidade de ter evidências diretas não haveria conhecimento científico de maneira alguma. Se vocês procurarem na minha apostila “Inteligência, Verdade e Certeza” verão que as condições necessárias para que exista algum conhecimento fundamentado, ao qual se possa grudar o adjetivo *científico*, são as seguintes: (a) Em primeiro lugar é absolutamente necessário que se tenha acesso a algum tipo de evidência direta, algum tipo de conhecimento autoevidente inegável — como, por exemplo, o fato de que você está no lugar onde está e não em outro, ou de que você é você mesmo, e assim por diante. Se não existissem essas evidências diretas

não seria possível provar o que quer que fosse e tudo então seria apenas matéria de opinião e não poderia haver consenso sobre absolutamente nada.

Mas a simples evidência por si não basta. (b) É necessário também que exista a possibilidade de prova, isto é, de transferir a veracidade de uma evidência a algo que em si mesmo não é evidente. A prova não é nada mais do que isto: uma transferência de veracidade, ou de autoridade, do evidente para o não evidente. Então nós podemos chamar a prova de evidência indireta. Se não existisse evidência direta não poderia haver evidência indireta, ou prova.

Curiosamente, na nossa cultura, as verdades que são “provadas” cientificamente são tidas como primárias e mais fundamentais do que as evidências diretas, invertendo, portanto, a hierarquia lógica. É claro que isto é uma perversão da inteligência.

(c) A terceira condição do conhecimento científico é um negócio que eu chamo ‘nexo’. Quer dizer: entre a evidência primária e a prova que dela se extrai, ou que dela se deduz, tem que haver um nexo interno.

E por fim, (d) a quarta condição é que esse nexo, por sua vez, tem de ser de natureza evidente, e não provada, porque senão teria que se basear em outra prova, e em outra prova, e em outra prova..., até chegar a uma evidência primária.

Então, primeiro: evidência; segundo: prova; terceiro: nexo entre evidência e prova; e quarto: evidência do nexo. Sem essas condições não existe nenhum conhecimento científico.

A partir do momento em que os “fatos científicos” adquirem maior autoridade do que as evidências diretas, acessíveis a qualquer ser humano, então houve, evidentemente, uma inversão da hierarquia lógica, porque um fato científico provado ele é provado através de toda uma cadeia de ligações que, em si mesma, pode ser bastante problemática.

Quando se ouve dizer que a ciência provou tal coisa e vai-se ver o método com o qual se provou, verifica-se que é um método que combina a cadeia dedutiva com outras observações que entram ali como premissas secundárias, premissas auxiliares... Em suma: o processo de prova científica é muito complexo e não tem nunca a força probante — a autoridade probante — de uma evidência direta.

No entanto, como a evidência direta depende da responsabilidade moral do sujeito cognoscente — depende de que ele reconheça a verdade e seja capaz de expressá-la — então é muito mais fácil empurrar o abacaxi para outro, abdicar do exercício da própria inteligência, e entregar a responsabilidade para uma instituição social chamada ciência. Então as pessoas acreditam no fato científico provado, mas não acreditam naquilo que seus próprios olhos estão vendo. O pior é que o adestramento desta perversão leva o nome de educação.

É claro que enquanto as coisas continuarem assim, a vida intelectual moderna continuará tendo esse aspecto farsesco e teatral, cujos efeitos históricos e sociais podem ser os mais letais que se pode imaginar.

Se você acompanhar a história da intelectualidade moderna, vai ver que a atuação da classe intelectual, da classe acadêmica, em certos momentos da história, tem sido sistematicamente em favor do que existe de pior e de mais danoso e prejudicial. Acabo de ler um livro de um autor

chamado Herbert Lottman, chama-se “The Left Bank” (A Margem Esquerda), onde ele conta a história daquela geração de intelectuais franceses entre as duas guerras, entre os anos 30 e 50, que, somando tudo, não passava de oitenta pessoas. E essas pessoas exerceram uma influência mundial. Elas praticamente determinaram a entrada dos EUA na guerra; determinaram a formação do Front Popular “antifascista” como camuflagem à política de apoio discreto que a URSS estava dando ao nazismo; em suma: ajudaram a criar uma das camuflagens mais persuasivas e poderosas da história e criaram ilusões que na época se impregnaram na mente da opinião pública mundial como se fossem as verdades mais autoevidentes. Uma delas foi justamente esta caracterização do comunismo como um instrumento de resistência antifascista precisamente no momento em que a URSS estava alimentando o exército alemão para invadir o resto da Europa. Havia duas operações simultâneas: uma de fortalecer a Alemanha para ela destruir as democracias Ocidentais, porque Stalin acreditava que os nazistas não conseguiriam governar. Eles iriam destruir tudo, mas não conseguiriam ficar com o poder no final e, atrás deles, viriam os comunistas. Então, enquanto Stalin prosseguia com essa política, esta elite intelectual criava a camuflagem que dava a impressão de que o que estava acontecendo era absolutamente o inverso: era uma heroica luta antifascista para tudo quanto é lado.

Não passava de oitenta escritores que, em geral, moravam no mesmo bairro, na margem esquerda do rio Sena e onde, naqueles restaurantes que tinham mesinhas na rua, nos cafés, ali circulavam as notícias, as palavras de ordem, etc., etc.

Pior! Esses oitenta escritores, quando você vê o efeito que eles tiveram, o efeito que eles conseguiram desencadear no mundo, e a qualidade de suas obras respectivas, uma coisa não justifica a outra de maneira alguma. Praticamente não havia — com a possível e duvidosa exceção de André Gide, porque ele só aderiu a isso durante certo tempo — não havia nenhum escritor de grande valor ali.

O André Gide participou dessa coisa por algum tempo, aliando-se aos comunistas, até que eles tiveram a infeliz idéia de levá-lo para a União Soviética, onde ele ficou horrorizado e voltou escrevendo: *lá não é nada disso que vocês estão falando; aquilo é uma bela merda; aquilo está cheio de prisões políticas; estão matando gente a três por quatro*. Então, o único escritor notável que havia entre eles era o André Gide cuja adesão foi temporária.

Eu estou contando esse episódio só para vocês terem uma idéia de como é a atuação da intelectualidade nestes momentos decisivos da história.

Aqui nos EUA também: você vai ver nos anos 60 uma gigantesca mobilização de intelectuais, sobretudo universitários, para parar a guerra do Vietnam; e quando pararam a guerra do Vietnam, o Vietnam no Norte que já tinha invadido o Vietnam do Sul, invadiu também o Camboja e no total matou três milhões de pessoas. É três vezes mais do que o total dos que haviam morrido na guerra. Nós devemos isso à intelectualidade.

E quando se vê que as pessoas que estão mais investidas de autoridade “intelectual” avaliam as coisas de uma maneira tão falsa e têm uma atuação tão daninha, é hora de se perguntar se não existe um princípio perverso que orienta e inspira toda a vida intelectual contemporânea há alguns séculos, para se chegar ao ponto de isso acontecer.

Se você investigar em outras épocas da história, não vai ver comunidades inteiras de letrados aderindo a uma coisa tão maligna assim. Não há exemplo disso na história humana. Isso começa a

partir do século XVIII. A formação da intelectualidade no sentido moderno — os donos da opinião pública, como se fossem os representantes da parte mais elevada e esclarecida da sociedade — isso começa a partir do século XVIII e chega às suas consequências mais letais durante o século XX. Se bem que a coisa não acabou ainda.

Quando a gente observa esses fatos percebe que coisa desse tamanho não pode acontecer tão somente por fatores de ordem sociológica e impessoal. Tem que ter algum fator interno. Algo na própria estrutura da vida intelectual que está determinando tudo isso. É por isso que eu me refiro a essa coisa da inversão (Todos vocês sabem que eu tenho este estudo sobre a mentalidade revolucionária que mostra que a lógica interna da mentalidade revolucionária consiste basicamente em inversões. Esta inversão, em particular, não está mencionada ali porque ela não é só um componente da mentalidade revolucionária, ela é um fator que está presente em toda vida intelectual contemporânea).

Mas, quando você examina as coisas objetivamente, você vê que nenhum ser humano em sua consciência, que esteja na plena posse das suas faculdades intelectuais, pode atribuir mais confiabilidade a um “fato científico” do que a uma evidência direta. Ninguém pode fazer isso, porque toda a validade dos fatos científicos depende, em última análise, da evidência direta. Mas esse costume está tão estabelecido que já virou quase que uma estrutura neurótica que está presente para tudo quanto é lado. É por isso que eu estou fazendo esta observação aqui.

“(…) Não obstante faço dois reparos: primeiro: quando, na continuação, forem expostas as evidências que este capítulo postergou, o leitor há de perceber que, em retrospecto, os fatos científicos não eram realmente necessários à compreensão do assunto e só foram apresentados em primeiro lugar por uma concessão de ordem pedagógica, tendo em vista que a opinião geral se acostumou a tomá-los como a expressão suprema, ou única, da verdade e, por isso mesmo, não lida mais muito bem com as evidências diretas, nem muito menos entende porque elas têm mais autoridade probante do que qualquer fato científico.

Mil fatos científicos não substituem uma evidência direta. Mas nas condições psicológicas de hoje em dia, uma boa razão de fatos científicos pode, pela força sugestiva do seu simbolismo — e não, necessariamente, pela sua autoridade probante — tornar menos opaca a evidência direta, sem a qual, em última instância, elas nada significam. (...)”

Ou seja, a gente pode usar uma série de fatos científicos, como eu mesmo usei aqui, para preparar a atmosfera psicológica na qual uma evidência direta possa aparecer diante dos olhos do espectador. Mas esses fatos, por si mesmos, têm mais uma força sugestiva pelo seu acúmulo. Cria então uma espécie de persuasividade retórica, por assim dizer, preparando o caminho para a evidência. Eles têm mais essa função simbólica do que uma função verdadeiramente probante.

“(…) Segundo reparo: embora a imortalidade da alma deva emergir dessas páginas como uma realidade patente, como o fato dos fatos, não vai nelas a menor intenção de prová-la e nem mesmo de apresentar em favor dela um só argumento que seja. (...)”

Nos últimos tempos tem surgido vários livros que tentam provar a imortalidade da alma, entre os quais o do Dinesh d’Souza — “A Vida após a Morte”. Eu acho tudo isso uma perda de tempo porque uma prova de imortalidade é tão impossível quanto uma prova de que você existe. Dizer que você existe, por um lado é autoevidente, por outro não é possível provar. Assim como os primeiros princípios da lógica: você não pode prová-los porque as provas irão se basear neles mesmos. Prove que A é igual a A. Prove o princípio de identidade. Qualquer prova do princípio de identidade terá

que se basear no princípio de identidade. Tem-se então uma argumentação circular. Você pode pedir para qualquer ser humano da face da terra: prove que você existe. Todas as provas que ele alegar terão como premissa a sua existência. Então, por um lado a existência é evidente porque você a percebe, por outro lado, é impossível prová-la.

A imortalidade pertence a este gênero de fatores que pela sua constância e universalidade não tem como ser provados. Só podem ser objeto de evidência direta, nunca de prova. E, como se obtêm essa evidência? Aí se trata de uma questão de percepção e não de uma questão de prova.

Do mesmo modo que para um indivíduo perceber a validade universal do princípio de identidade não depende de prova, mas depende de sua inteligência estar funcionando, e de ele captar isso como evidência. Se ele não captar como evidência, você nunca vai conseguir provar para o sujeito. Essa é o tipo de discussão que em si é desnecessária para as pessoas cuja inteligência está mais ou menos normal. E para as outras, não é que seja desnecessária, é absolutamente inútil, é absolutamente impossível, inviável.

“(…) Não se trata aqui de provar uma teoria, mas de facilitar o acesso ao conhecimento de um fato por experiência pessoal direta ou de pelo menos remover alguns obstáculos intelectuais que hoje dificultam esse acesso para muitas das pessoas ditas cultas.”

“O que pretendo não é demonstrar que algo chamado de imortalidade da alma existe abstrata e genericamente, mas ajudar o leitor, *data venia*, a perceber que ele próprio é uma alma imortal, e jamais foi nem poderia ser outra coisa. Aliás, se ele fosse outra coisa não poderia nem mesmo perguntar se é mortal ou imortal.”

“Vamos então ao primeiro dos fatos científicos acima aludidos. Não há nenhuma prova de que o cérebro seja a sede ou, muito menos, a causa da consciência humana. Há, em contrapartida, milhares de provas de que a consciência pode operar fora do cérebro, sem o cérebro, ou em condições nas quais o cérebro está totalmente inerte, desligado, morto.”

“A associação entre cérebro e consciência é uma crendice apenas. A tenacidade e o fanatismo cego com que milhões de patetas se apegam a ela devem-se a motivos sócio culturais que não cabe estudar aqui, e a nenhuma razão cientificamente válida. O *status quaestionis* pode ser resumido em duas séries de depoimentos. Forneço-as em um apêndice para não sobrecarregar essa exposição. (…)”

São exatamente os mesmos fatos que eu citei numa outra aula, acompanhados de outros, porque hoje há uma multidão de livros sobre o assunto, ou seja, é uma questão de você coletar.

“(…) A primeira série atesta o fracasso da neurofisiologia em estabelecer qualquer nexo causal entre cérebro e consciência. A segunda fornece exemplos, abonados por observadores científicos idôneos, de cognição sensível — atenção: sensível! —, perfeitamente eficazes, ocorridos fora e longe do alcance de qualquer órgão corporal. A primeira não diz grande coisa. A ciência não conhecer algo hoje não prova que não poderá vir a conhecer amanhã. Nenhuma coleção de fracassos, por impressionante que seja, prova uma impossibilidade. No máximo uma improbabilidade.”

“A segunda lista, no entanto, tem uma força probante absoluta e irrefutável. Uma das regras mais básicas do método científico é que um único *exemplum in contrarium* (Um *exemplum in contrarium* é: você faz uma generalização e o sujeito cita um fato que vai no sentido contrário daquilo), um único *exemplum in contrarium*, para não falar de um punhado deles, basta para impugnar as pretensões de universalidade de qualquer generalização. Se um único ser humano pode observar e relatar com precisão coisas que se passam longe de seu corpo, já não se pode acreditar com seriedade

que a consciência está necessariamente limitada ao corpo, ou embutida no cérebro. Mas o número de seres humanos dotados desta capacidade é tão grande (vejam os depoimentos) (...)”

Nós citamos aqui o título de um dos livros do Craig Hogan, “Your Eternal Self”. Esses exemplos já foram traduzidos e estão *online*. É exatamente essa série de exemplos, aumentada, e que será aumentada posteriormente, que eu estou mencionando aqui.

“(...) Mas o número de seres humanos dotados desta capacidade é tão grande (vejam os depoimentos) que persistir na localização cerebral da consciência se torna uma obstinação psicótica, um ato de fé no absurdo e no impossível.”

“Há basicamente dois tipos de experiências de cognição “fora do corpo” (Uso a expressão entre aspas porque não me parece de todo exata). O simples uso dos termos ‘fora’ e ‘dentro’ já é um vício lingüístico originado na credence da consciência cerebral. Se a consciência jamais esteve no corpo, não pode evidentemente sair fora dele. (...)”

Se você está falando em termos de ‘fora’ e ‘dentro’ você está usando uma referência espacial. Mas a espacialidade só existe na esfera corporal. Então você está tentando definir a natureza, ou a função da consciência, de acordo com a suposta posição dela em face do corpo: se está fora ou se está dentro. Tanto faz dizer se está dentro ou está fora: está-se apelando para a mesma referência espacial, a qual não faz sentido aqui.

“(...) O mais certo seria dizer independente do corpo, transcendente ao corpo ou, como prefiro, metacorporal. (...)”

Então, fica aqui estabelecido esse termo técnico. Estamos falando aqui de ‘consciência metacorporal’. Note bem: metacorporal quer dizer o que está para além do corpo, o que transcende o corpo. Mas o que transcende, por necessidade, abrange. Portanto o metacorporal não é ‘fora do corpo’; ele simplesmente é “maior” do que o corpo; ele abrange um território maior do que o corpo; maior do que as funções sensíveis podem abranger, mas essas funções sensíveis estão incluídas nele. Muitas das discussões que tem, sobretudo aqui nos EUA — aqui, todo o vocabulário das discussões é tão viciado pela terminologia científica que você sempre acaba caindo numa dessas: ‘experiências de consciência fora do corpo’. É o termo que eles usam, mas isso realmente não faz sentido.

“(...) Há então dois tipos de atos de consciência metacorporais. No primeiro o sujeito simplesmente fecha os olhos e entra em um estado de relaxamento consciente em que a atividade cerebral é reduzida ao mínimo e enxerga com perfeita nitidez e precisão coisas que estão se passando fora do alcance dos seus órgãos dos sentidos, não raro a centenas ou milhares de quilômetros, do outro lado do mundo. Isso se chama visão remota. Pode acontecer de maneira espontânea ou deliberada. Em ambos os casos implica uma capacidade, que sendo incomum em nossa cultura, recebe o nome, não muito justificado, de ‘paranormal’. (...)”

Paranormal é aquilo que está ao lado da normalidade; que não segue exatamente o padrão da normalidade; é uma coisa excepcional. Mas esse conceito de paranormal é baseado no conceito de que somente a percepção corporal sensível é normal. Depois nós vamos ver que esse tipo de funções são eminentemente normais e a perda deles é que é uma coisa anormal.

“(...) Essa habilidade pode ser inata ou o resultado de treinamento. Não se trata de sonho ou devaneio. O sujeito permanece acordado e enxerga tudo com muito realismo, descrevendo os detalhes como se os estivesse vendo com os dois olhos bem abertos. (...)”

Nada pode ser mais diferente de um sonho do que esse tipo de visão, porque no sonho as formas se transmutam umas nas outras, a própria continuidade da história é rompida e uma coisa se transforma em outra repentinamente, ao contrário da nossa percepção usual que está rigidamente presa às condições de espaço-tempo. Você só pode ver o que está num determinado lugar, naquele tempo. A percepção metacorporal — a visão remota — atende exatamente a isso: o que você está vendo, você está vendo dentro de um quadro de espaço-tempo que é o mesmo que você tem aqui, só que você está vendo de outro lugar. Você não está vendo elefantes que voam, casas que falam, árvores que tocam música, você não está vendo nada disso. Você está vendo coisas comuns e correntes do espaço-tempo normal, só que você está vendo de um outro lugar.

“(...) Esse experimento já se repetiu vezes inúmeras com grupos controle e todos os requintes de inspeção científica. Um caso notável nos últimos tempos foi o dos 47 estudantes que em 02 de novembro de 2003, após um breve treinamento de visão remota, descreveram, com seis semanas de antecedência, o local e as condições em que Sadam Hussein seria encontrado após a tomada de Bagdá pelas tropas Americanas. As visões foram escritas, lacradas em um envelope e ficaram sob a guarda do Herk Stokely, Reitor da Atlantic University. Os estudantes disseram que o ditador iraquiano estaria em um túnel subterrâneo (ele estava); disseram que ele estaria sujo, cansado, com aparência de mendigo, com cabelo e barba compridos (estava); disseram que haveria apenas dois ou três partidários com ele (havia dois); disseram que ele teria uma arma de mão (tinha); disseram que ele se mostraria altivo e desafiador, mas não resistiria à prisão (foi exatamente o que ele fez); e assim por diante. (...)”

Os camaradas tiveram um treinamento de duas semanas de visão extracorporal por um especialista e ele disse: “agora vamos testá-los. Vocês vão olhar e ver essa situação assim, assim, assim e vão me dizer onde está o Sadam Hussein”. Escreveram esse negócio, lacraram e entregaram para o homem e foi só aberto depois da prisão de Sadam Hussein.

“(...) O segundo tipo de visão meta-corporal não pode ser adquirido por treinamento. Ocorre espontaneamente a algumas pessoas em estado de morte clínica. (...)”

No começo definia-se morte clínica como parada da atividade cardíaca e circulatória. Hoje exige-se algo mais: a parada das atividades cerebrais. Hoje você tem condição de observar muito melhor se está havendo atividade cerebral ou não. Então a morte clínica implica também a ausência de qualquer atividade cerebral identificável.

“(...) Um paciente inerte, sem batimentos cardíacos ou qualquer atividade cerebral, desperta de repente e descreve, com riquezas de detalhes, o que se passava durante o seu transe não só no quarto onde jazia, mas nos outros aposentos da casa, ou do hospital, que de onde ele estava não poderia ver nem mesmo se estivesse acordado, bem de saúde e com os olhos abertos. Isso já se repetiu tantas vezes e foi atestado por tantas autoridades científicas, que somente um ignorante na matéria pode permanecer incrédulo.

Os depoimentos que vêm em apêndice a este capítulo falam por si. Com base neles, podemos dar por estabelecido o primeiro termo da presente equação: a consciência não está no cérebro, não é produzida pelo cérebro, nem mesmo é limitada, em seu alcance, pela estimulação sensorial que chega ao cérebro. Chamarei ao primeiro tipo de visão metacorporal ‘imanente’, ao segundo de visão metacorporal ‘transcendente’. (...) “

Os termos imanente e transcendente referem-se aqui, não ao corpo (ambos são transcendente ao corpo), mas à vida do sujeito. Um tipo de visão ocorre em vida e o outro para além da vida biológica.

“(…) Examinando um pouco mais aqueles depoimentos, notamos que o conteúdo das visões metacorporais não se constitui de pensamentos, recordações ou premonições, mas de percepções sensíveis: corpos, lugares, sons, odores atuais e presentes. Não apenas têm cognição sem cérebro, mas vêem sem olhos, ouvem sem ouvidos, sentem odores sem narinas e tocam objetos com mãos que estão a milhares de quilômetros. O ser humano não apenas tem cognição sensível sem cérebro, mas sem nenhuma participação do corpo.”

“Isso destrói por completo algumas concepções consagradas sobre a relação entre os sentidos e seus objetos. Se a consciência humana pode ter a visão direta de um objeto no espaço sem precisar de olhos, cai por terra a óptica fisiológica estabelecida, segundo a qual a visão resulta exclusivamente da estimulação da retina pela reflexão da luz no corpo sensível. Onde não há um olho, não há uma retina para captar estímulos. A luz que ilumina os objetos alcança diretamente a consciência sem passar pela retina. Na velha disputa entre as teorias de Newton e de Goethe, esta última parece ter obtido a sua vingança póstuma. Se o olho pode captar a luz — diz Goethe — é porque ele participa da natureza da luz; [30:00] mas a consciência participa dela ainda mais diretamente, de modo que o olho se torna apenas uma extensão, um instrumento, da consciência, a qual pode enxergar também sem ele em determinadas circunstâncias. (…)”

Isto quer dizer que toda a óptica fisiológica terá que ser reestudada a partir deste fenômeno, porque o que essas visões remotas oferecem — não são ideias nem intuições que o sujeito teve — são objetos no espaço vistos fisicamente no mesmo instante em que, a milhares de quilômetros estão sendo observados por outras pessoas que estão lá vivas e presentes.

“(…) Eis também porque a expressão "fora do corpo" deve ser abandonada. A consciência jamais esteve no corpo, mas também jamais se separa dele ao ponto de torná-lo irrelevante. No caso da visão metacorporal imanente, (…)”

Isto é, aquela que o sujeito tem em vida.

“(…) o sujeito sabe perfeitamente onde está o seu corpo, caso contrário não teria consciência de enxergar coisas que se passam longe do alcance dele. (…)”

Quer dizer: como é que o sujeito sabe que está enxergando uma coisa que está longe se ele não sabe onde ele está? Portanto, durante essa visão metacorporal imanente o indivíduo tem consciência do lugar onde está o seu corpo.

“(…) Na visão metacorporal transcendente, (…)”

Isto é, aquela em que o sujeito está morto.

“(…) o indivíduo enxerga o seu corpo morto e sabe que é o seu. (…)”

Este aqui é um ponto que se observa em todos os casos de experiência metacorporal transcendente. A primeira coisa que o sujeito vê é o seu próprio corpo morto. Ele o vê como se estivesse de cima. Vê o ambiente todo e o seu corpo morto, e sabe que é o seu. Às vezes não sabe imediatamente. Às vezes a relação posicional entre onde ele está e onde o corpo está não é muito clara num primeiro momento. Às vezes há um sentimento paradoxal do tipo ‘o que é que eu estou fazendo ali?’. Quer dizer, o indivíduo não está consciente de que ele morreu. Mas ver o seu próprio corpo é uma constante em todas as experiências relatadas até hoje. Ora,

“(...) o indivíduo enxerga o seu corpo morto e sabe que é o seu. Neste caso o corpo não está separado da consciência, pois se tornou um dado, um conteúdo dela. (...)”

Como é que a consciência pode estar separada daquilo que é o objeto que ela está percebendo? Não existe essa separação. A consciência não está no corpo, mas o corpo está na consciência. Não tem como falar de consciência "fora do corpo". Isto é um vício adquirido da terminologia "científica" contemporânea.

Aqui eu resumo um artigo que eu publiquei no Diário do Comércio. Tem algumas alterações. Eu vou ler aqui:

“(...) Se você não teve nenhuma experiência de visão metacorporal imanente, nem teve ocasião de estar clinicamente morto para saber se, então, enxerga alguma coisa, há um procedimento mais simples e carnal para você perceber de uma vez por todas a incorporeidade da sua consciência. (...)”

Notem bem que eu não estou tentando provar nada; só estou tentando dar umas dicas para você perceber algo.

“(...) Todos nós, em momentos difíceis da vida, já tentamos nos explicar a quem não quer ou não pode nos compreender. O olhar do sujeito desliza de um lado para outro por trás de um véu opaco sem atingir o foco do que pretendemos lhe mostrar. E como não tem foco, não consegue articular num quadro coerente o que lhe dizemos. Ele apreende as palavras e até frases inteiras, mas as esvazia de sentido ou lhes atribui um sentido impróprio, deslocado da situação. É uma coisa irritante, às vezes desesperadora.

Também todos já vimos pessoas que, envolvidas elas próprias em dificuldades, não atinam com a encrenca em que se meteram, ou permanecem alienadas numa despreocupação suicida, ou se enervam e atemorizam mas por motivos inventados e que não têm nada a ver com o problema real.

Estes dois tipos de pessoas estão conscientes no sentido da neurofisiologia e da ciência cognitiva, mas não no sentido em que a palavra consciência tem na vida real. A consciência que essas ciências estudam é a simples capacidade de notar estímulos. Elas não podem ir além deste ponto. Não podem distinguir entre o idiota que sente frio na pele e o homem sensível a quem a visão da neve sugere, num relance, o contraste entre a beleza da paisagem e o perigo a que o inverno expõe os pobres desabrigados.

Esta diferença, guardadas as proporções, é a mesma que existe entre o indivíduo dotado de sensibilidade musical e o doente de surdez tonal. Esta expressão designa a pessoa que, embora sem sofrer de nenhuma deficiência auditiva, simplesmente não consegue captar uma melodia. Ouve as notas separadas, mas não atina com a frase musical que compõem. Se o cantor desafina ou o pianista toca um ré onde deveria entrar um fá, ela não nota a mínima diferença. Nos casos mais graves o doente não consegue nem mesmo entender o que é música, não nota a mínima diferença entre os Concertos de Brandenburgo e o som das buzinas no tráfico congestionado. A doença é esquisita, mas não rara: segundo os dados recentes, 2% das pessoas tem algum grau da surdez tonal.

Viktor Zuckerkandl, em “Sound and Symbol” (1956), diz que essa diferença assinala a distinção específica da música, separando-a de todos os demais fenômenos acústicos. A música, em suma, tem não apenas ordem (o ruído de um motor também tem), ela tem significado; aponta para algo que vai além dos elementos sonoros que a compõem.

A distância entre ouvir sons e apreender uma melodia é a mesma que há entre ouvir palavras e compreender o que dizem, ou, pior ainda, entre compreender o mero sentido verbal das frases e reconhecer a que elas se referem na vida real. Para complicar ainda mais as coisas, um estudo recente

que pretendia encontrar alguma explicação neurocerebral para a surdez tonal, descobriu, para grande espanto dos pesquisadores, que embora as pessoas afetadas por essa deficiência não percebam uma nota errada, seus cérebros registram a diferença com a mesma acuidade com que faria o cérebro de Mozart. Elas ouvem a música perfeitamente bem, mas a ouvem — dizem os autores da pesquisa — inconscientemente. Seus cérebros percebem a melodia, quem não as percebe são elas.

Zuckermandl, que morreu em 1965, não poderia esperar que a sua teoria recebesse, meio século depois de publicada, uma confirmação tão eloqüente. O que não lhe escapou foi a importância filosófica da sua descoberta: a percepção das músicas requer o mesmo tipo de compreensão necessário para se apreender uma situação dramática complexa, seja a sua própria, a do interlocutor, ou a que você lê em Hamlet, Crime e Castigo, A Montanha Mágica e assim por diante.

Ora, para explicar o fato de que o cérebro registre uma sensação de frio, uma simples sensação de frio, os cientistas são obrigados a decompor esse fenômeno banal numa série de processos neurobiológicos incrivelmente complexos. (...)"

Se você perguntar qual é o processo pelo qual nós chegamos a sentir frio — desde a estimulação epidérmica até que aquilo alcance o cérebro e é, por sua vez, devolvida à epiderme sob a forma de uma sensação interna — a cadeia causal é imensamente complexa. E isto para explicar uma simples sensação física de frio.

"(...) Nem estes processos estão ainda bem explicados. Mas como o sonho da ciência materialista é poder reduzir a eles a consciência inteira, explicando-a como produto do cérebro, muitos adeptos do materialismo agem como se já tivessem operado a redução e fornecido para ela as provas mais cabais e irretorquíveis, daí concluindo que a consciência, como tal, nem mesmo existe; é apenas uma função cerebral, entre outras. (...)"

Isto é charlatanismo, evidentemente, mas as fontes que o inspiram vêm de ainda mais baixo do que o charlatanismo puro e simples. Notem bem:

"(...) Além daquela diferença assinalada pelo fato da surdez tonal, a consciência tem ainda um segundo traço distintivo que a separa de qualquer outro fenômeno conhecido no universo. Não importa do que você esteja falando, o milagre da linguagem abstrata permite que você se refira aos objetos não só sem necessidade de que eles estejam presentes fisicamente, mas sem necessidade de que você pense neles como coisas reais. Você pode até substituir o mero conceito abstrato deles por um sinal algébrico e continuar raciocinando a respeito sem nem se lembrar de seus correspondentes reais, seguro de que no fim do raciocínio, se formalmente correto, você encontrará conclusões que se aplicarão, tim-tim por tim-tim, a esses correspondentes. (...)"

Se não fosse isso não poderiam existir computadores, muito menos poderia existir álgebra.

"(...) No entanto, nada de parecido se dá com a consciência. Você não pode falar dela sem que ela esteja presente e em ação naquele mesmo momento. (...)"

Isto torna a consciência um objeto totalmente diferente de qualquer outro. Qualquer objeto, até o próprio Deus, pode ser [0:40] referido como uma coisa externa ou hipotética, mas não há nenhuma maneira de você se referir à sua consciência sem que ela esteja presente e fazendo exatamente isto naquele mesmo momento. Isto quer dizer que a consciência não pode jamais ser objeto. Ela é sempre um aspecto executivo, agente, do próprio sujeito falante.

"(...) O verdadeiro discurso sobre a consciência tem, ao contrário, o dom de intensificar a consciência no instante mesmo em que raciocina a respeito dela, como uma luz que, tão logo acesa, acende uma

série de outras automaticamente e ilumina o recinto inteiro. Este é o sentido em que se fala de consciência na vida real. (...)”

Se você está falando para uma pessoa que não o está entendendo, ela está consciente; só não está consciente daquilo de que você está falando. Ela está consciente *de que* você está falando, mas não *do que* você está falando. Então neurobiologicamente não há nenhuma diferença identificável entre essas duas pessoas, como não há diferença entre o sujeito que apreende uma melodia e aquele que capta as notas separadamente, mas não capta a frase.

“(…) Esse discurso exige a presença do falante consciente e responsável, que se assume como presente no ato mesmo em que discorre. Se, em contrapartida, você reduz a consciência a um fenômeno genérico, do qual possa falar como coisa externa, o objeto escapa instantaneamente do seu horizonte de consciência e você não está mais falando sobre a consciência efetivamente existente, mas só sobre algum mecanismo ou aspecto dela em particular, perfeitamente inexistente em si mesmo.

Consciência no sentido forte da palavra é auto-consciência atual, responsável. É algo que só pode existir no indivíduo real, presente e atuante. Consciência genérica, abstrata, é um puro fetiche lógico.

Mas, se não há diferença entre o cérebro de quem apreende e de quem não apreende melodias, como não há diferença entre a atuação cerebral do sujeito que está meramente ouvindo você sem entender e daquele que está entendendo em profundidade, é lógico que quem apreende essas melodias não é o seu cérebro, é você. Eu dizer isto não é de muita valia. Você tem de dizê-lo a si mesmo para poder entender o que vou lhe explicar em seguida. Diga, portanto, com toda a consciência de estar dizendo uma obviedade: quem ouve e compreende melodias não é o meu cérebro, ‘sou eu’. (...)”

Repita, por favor: ‘sou eu’.

“(…) Uma vez que você tomou posse deste dado, o passo seguinte é perguntar qual é o preciso sentido que a palavra ‘eu’ tem nessa situação. Mas ‘eu’ também não é uma palavra como a maioria das outras, não se refere a um ato ou a um objeto definido, pronto, acessível à experiência comum. Você não a emprega só para designar uma pessoa — você mesmo —, mas para reconhecer-se nela, e isto nem sempre é fácil. (...)”

Imagine, por exemplo, a frase — que a gente já ouviu milhares de vezes — *‘naquele momento eu não era eu mesmo’*. Você é aí ao mesmo tempo o sujeito da ação narrada e o sujeito que nega a autoria moral da ação. Ou nega a responsabilidade pela ação. Por exemplo, quando você estava bêbado: Quem é que estava bêbado? Era você. Quem foi que agiu assim? Foi você. Mas é como se o seu eu dissesse: *Ah, mas não era eu inteiro. Eu estava desprovido de uma parte essencial das minhas funções que me tornariam responsável pelo ato*. Então aí você se desdobrou em um eu agente físico e um eu agente moral. E esses dois estão em conflito e você não consegue articular um com o outro. É esta impossibilidade de articular que você está designando, naquele momento, com a palavra ‘eu’. Para você ver que não se trata de um objeto, evidentemente.

“(…) O que você quer dizer é que a ação não proveio daquele núcleo pessoal que você reconhece como seu, mas de algum fator desconhecido, inconsciente; como de uma força externa que o tivesse invadido e o dominado por instantes. (...)”

A esse fator externo você pode chamar de bebida, ou a droga, ou que você estava num estado hipnótico. Alguma coisa que não era você. Note bem: para você ter a impressão de que quem agiu não foi você, não é preciso que nada de fora tenha entrado. Basta que você tenha sido privado

daquela função que executivamente assume a autoria moral do ato na hora de cometê-lo. Então, como você está privado dessa parte que se assume, desta parte responsável, a outra parte lhe parece ser externa ou ser um não-eu. Para você ver como a palavra 'eu' designa um negócio complicado.

"(...) É evidente que em tais circunstâncias você não está usando a palavra eu como signo de algo conhecido, mas como instrumento de sondagem de uma diferença cuja fórmula precisa lhe escapa. Quando aqui pergunto, portanto, pelo sentido que a palavra 'eu' tem no momento em que você se assume como sujeito consciente de um ato de conhecimento, estou perguntando tão-somente pelo que você sabe de você mesmo com certeza. Estou perguntando pelo conteúdo do seu autoconhecimento. (...)"

Então, qual é o conteúdo do seu autoconhecimento nos instantes em que você usa a palavra 'eu' sem este problema que estou mencionando? Ou seja, a palavra 'eu' com pleno conhecimento daquilo de que você está falando.

"(...) Nesta perspectiva, o primeiro e mais óbvio sentido é aquele em que a palavra eu tem quando você se recorda de algo que você fez, de algo que sentiu, de algo que lhe aconteceu. Nestes momentos você não precisa pronunciar a palavra nem mesmo em voz baixa, mas tem a clara consciência de quem é o sujeito da ação: você mesmo. (...)"

Por exemplo: você se recorda de que num certo momento você sentiu medo. Você não precisa usar a expressão: 'Eu senti medo'. Você pode dizer, por exemplo: 'A situação era muito temível'. Mas é claro que o eu está subentendido. Você está subentendendo que o sujeito daquele estado era você mesmo.

"(...) Note que nunca, em tais circunstâncias, lhe aconteceu de confundir-se com um outro. Sempre que você se lembra de algo que você sentiu, de algo que você fez, de algo que lhe aconteceu, você sabe que é você. (...)"

Você nunca pensa que você é um outro, a não ser que você seja um esquizofrênico, O esquizofrênico é exatamente isto. Ele perdeu esta função. Mas então vamos descontá-los. O caso do esquizofrênico nós podemos estudar mais tarde, mas o esquizofrênico às vezes fica persuadido de que ele é você. Ele, por exemplo, bocejou e diz que você bocejou.

"(...) Sua memória pode falhar em mil e uma situações diferentes, pode até mesmo apagar — como de fato apaga — acontecimentos, sensações, endereços, nomes, o diabo, mas, quando você se recorda claramente de ter feito, sentido, desejado, ou pensado algo, sempre se recorda disso como uma ação sua, como um estado seu, como uma experiência sua, jamais de um outro (...)"

Aliás, o recordar-se é precisamente saber que foi você.

"(...) Não há aí a menor possibilidade de confusão. A nitidez do fato recordado é diretamente proporcional ao senso de identidade entre a pessoa que recorda e o sujeito das ações recordadas. (...)"

Na verdade, a recordação é essa identidade. Quer dizer: no instante da recordação você se identifica com o sujeito da ação ou do estado de que você está recordando.

"(...) Um segundo sentido é o que a palavra 'eu' tem quando você a usa para dizer o que deseja, pensa, ou sente no preciso momento em que o diz. (...)"

Por exemplo, você diz: 'Fulaninha, por favor, vá buscar um café para mim'. Você não usou a palavra 'eu', usou o 'mim', um pronome indireto, mas a referência que está dada é você. É você quem deseja o café e você está expressando esse desejo.

"(...) Aí o pronome pessoal pode vir implícito, embutido invisivelmente numa ordem ou pedido. Quando você profere essa ordem ou pedido, não usa geralmente a palavra 'eu', mas está obviamente se referindo a você mesmo como fonte da mensagem. Um terceiro sentido aparece quando você fala de você mesmo a terceiros. A faixa do que eles sabem de você ou do que você pode comunicar a eles sobre a sua pessoa é somente um recorte ínfimo dentro do conjunto do que você sabe sobre você mesmo na solidão da sua consciência. Não que seja necessariamente falso ou fingido. Por mais sincero que você seja não pode dizer tudo o que sabe de si próprio. Tem de selecionar. A seleção cria certas figuras (...)"

E, mais ainda, você seleciona diferentemente conforme você está falando para pessoas diferentes. Você não vai falar as mesmas coisas para o seu filho de 3 anos, para a sua mulher, um amigo de 20 anos, um cara que você acaba de conhecer ou a uma pessoa para a qual você está pedindo emprego. Não são as mesmas informações que você transmite. Todas elas se referem a você, mas você sabe que elas não são o conjunto. E você sabe que esse conjunto, embora esteja claro para você — estar claro não quer dizer que tudo que está dentro de você é claro — está claro que é seu, mas não quer dizer que no conteúdo esteja tudo claro [0:50], ao contrário, você pode ter grandes enigmas sobre você, mas você sabe que esses enigmas são seus.

"(...) A seleção cria certas figuras constantes, papéis sociais que você representa costumeiramente nos diversos grupos e ambientes que frequenta, podendo haver diferença maior entre as várias figuras conforme o grau de intimidade, as convenções vigentes em cada meio social e os objetivos da convivência. De modo geral, todos temos um controle suficiente dos vários papéis que desempenhamos e sentimos ter cometido uma gafe quando nos comportamos em um determinado meio de maneira que seria mais apropriada em outro. Vou denominar estes três sentidos da palavra 'eu': primeiro, o 'eu histórico'; segundo, o 'eu executivo'; terceiro, o 'eu social'. Existe uma série de interpenetrações entre esses três 'eus'."

Esses três 'eus' estão em permanente intercâmbio — eles passam informações uns aos outros —, mas é fácil você perceber que os três são produtos de uma construção mental. O 'eu histórico' é o conjunto das recordações que você aceita como suas. Todos nós temos blocos inteiros de memória que desapareceram. Existe um texto do Samuel Beckett em que está um sujeito deitado, doente, aparentemente moribundo, e aparece uma figura meio de sonho conversando com ele e tomando satisfações (essa figura é como se fosse a própria consciência dele). E a figura pergunta para ele: *'Você estava conscientemente presente na hora do seu nascimento?'*. Ele fala: *'Não'*. *'Então como é que você sabe que você é você?'*. Ora, é evidente que você é você, mas você não estava conscientemente presente lá, então você não é testemunha do seu próprio nascimento. Isto significa que seu nascimento não é um dado da sua consciência, embora ele exista.

Aí nós vemos o seguinte: existe uma diferença, um abismo, entre o que você realmente é — entre você como pessoa existente — e os três 'eus' que eu acabo de mencionar. Nenhum dos três, nem o seu 'eu histórico', nem o seu 'eu executivo' presente, nem o seu 'eu social', esgotam a sua realidade de ser humano efetivamente existente. Então vamos chamar esse quarto 'eu' de 'eu substantivo'. Se o 'eu substantivo' não existisse não haveria nem 'eu histórico', nem 'eu executivo', nem 'eu social' — o que não existe não pode agir e não pode ter propriedades — e, no entanto, esse 'eu substantivo' é desconhecido. Você só conhece partes dele, e essas partes se subdividem exatamente nessas três.

Não adianta apelar para o negócio de inconsciente. Se você fala consciente e inconsciente, você está dividindo as coisas conforme o seu conteúdo de consciência. O inconsciente, por definição, não pode ser permanente, não pode ser uma coisa substantiva, porque você pode tomar consciência de uma coisa de que você não tinha consciência antes, então o seu inconsciente já mudou. Logo, o inconsciente não é uma parte, não é um aspecto. O inconsciente é apenas um estado, uma função. O inconsciente é apenas aquilo que você ignora num determinado momento, por ignorância natural, como você ignora o seu próprio nascimento. Você [apenas] sabe dele. Na autobiografia do Chesterton — que é uma maravilha — ele diz: *como eu sou um crédulo, acredito em tudo que me dizem. Eu declaro que nasci no dia tal a tantas horas, porque assim me contaram.*

Então, a noção de consciente e inconsciente só vale se for atenuada com esse reparo de que são funções e posições recíprocas e em permanente mudança, e não estados, não coisas reais. Um sujeito que trabalha com a psicanálise, por exemplo, — eu me lembro de ter lido num livro do Dr. Gérard Mendel, que é um grande psicanalista francês — ele diz que depois de ter trabalhado por anos a fio com pacientes no divã, ele tem a impressão de que o inconsciente é uma pessoa, uma pessoa real, que tem lá suas intenções, suas elocubrações, suas espertezas etc. etc. Mas é apenas uma impressão derivada do hábito. O inconsciente jamais pode ser uma realidade substantiva. Se fosse isto tornaria impossível o próprio processo analítico, que consiste em transferir as coisas do inconsciente para o consciente.

Embora esse analista tenha essa impressão, o próprio livro dele mostra que essa impressão é falsa. É a famosa regra do Dr. Freud: 'Onde houver id haverá ego'. Quer dizer: o id está constantemente se transformando em ego, e quando não se transforma vem o psicanalista e ajuda a transformar.

Eu não estou falando aqui de consciente e inconsciente. Eu estou dizendo o seguinte: você sabe que você tem um 'eu histórico', porque você se lembra de ter feito, sentido, pensado várias coisas; existe um 'eu executivo' que está presente aqui agora — claro que está presente, senão vocês não estariam assistindo à aula — e existe um 'eu social', que se subdivide em vários papéis sociais.

O eu social não tem nada a ver com hipocrisia, com falsidade. Tem apenas a ver com a seleção das comunicações que são possíveis para as várias pessoas. A possibilidade da hipocrisia e do fingimento existe porque existe o eu social, mas também é através do eu social que você estabelece relações autênticas e verdadeiras com outras pessoas. Então não há nenhuma valoração implícita neste negócio.

Eu não estou dizendo que eles sejam irreais — todos eles são reais — só que eles são reais enquanto criações da sua consciência. Ora, mas você sabe que você não é uma criação da sua consciência, então, se não existisse um eu substantivo por baixo desses três os três não poderiam existir e muito menos poderiam se articular entre si. E no entanto você sabe que esse quarto eu, o eu substantivo, está presente. Ele sempre esteve presente, mas não há o que você possa dizer dele. Tudo que você disser dele você tem de transformar primeiro em eu histórico, quer dizer, você vai falar do seu eu substantivo não em si mesmo, mas pelo resíduo de memória que ele deixou ou por um raciocínio retroativo que você faz. Por exemplo: se eu estou aqui é porque eu nasci, embora eu não me lembre de ter nascido. O meu nascimento não faz parte do meu eu histórico, a não ser por depoimento de terceiros, que eu, como Chesterton, num ato de confiança, integro no meu eu histórico.

Desses quatro, só o que existe realmente em si mesmo e independentemente do que você faça ou deixe de fazer, é o eu substantivo, do qual você não pode saber nada diretamente, a não ser através desses três eus. No entanto, é a existência deste eu substantivo que transmite sua substantância de

realidade aos outros três: o eu histórico não pode ser verdadeiro em si mesmo, ele só pode ser verdadeiro com relação a um sujeito existente; o eu executivo a mesma coisa; e o eu social a mesmíssima coisa. Então existe um eu substantivo. Este eu pode ser um mistério para você mesmo embora você o carregue 24 horas por dia.

A existência do eu substantivo é a coisa mais evidente e necessária do mundo e ele não tem nada a ver com o “penso, logo existo” do René Descartes. É exatamente o contrário: não é que eu penso e, do meu pensamento, eu concluo a minha existência. Eu sempre soube da minha existência e, quando eu começo a pensar, eu estou executando apenas uma das funções que me [1:00] cabem. Além de pensar eu também respiro, como, durmo, sinto etc. etc. etc. e sempre estive fazendo isso.

O pensar é, inclusive, uma atividade que pode ser exercida no sentido automático e quase inconsciente durante muitos anos antes que você tome consciência de que está pensando — e você não vai me enganar que só percebeu que existia no momento que percebeu que pensava.

Eu me lembro que um dos meus filhos, o Thales, uma vez chegou para a mãe dele e disse: “Mãe, às vezes eu estou falando uma coisa, mas não é que estou falando, é só dentro da minha cabeça”, e daí ela falou, “Pois é, isto se chama pensar”, ao que ele respondeu surpreso, “Você também faz isto?!”.

Quer dizer, naquele momento ele tomou consciência de que ele pensava, mas não quer dizer que antes ele não sabia que existia. Então não é através da tomada de consciência do nosso pensamento que nós tomamos consciência da nossa existência. Nós já temos consciência da nossa existência.

Essa consciência é inerente à própria existência porque nós não existimos como pedras, como minhocas, como porcos-espinhos, mas como seres humanos. E existir como ser humano é ter uma consciência humana. É claro que a efetivação subjetiva dessa consciência pode ser, às vezes, ou obstaculizada, ou pode ser problemática, como por exemplo, no famoso caso dos meninos lobos: crianças que se perderam e que foram amamentadas por uma loba. O leite da loba tem essa capacidade de ser adequado ao ser humano.

Essas pessoas não recuperam jamais a condição humana; elas ficam se comportando como lobos. Mas, note bem, elas não perderam a capacidade de ter a consciência humana. Elas simplesmente não têm como efetivá-la. Mas a capacidade está lá de qualquer maneira.

A existência do eu substantivo é por um lado uma coisa óbvia, inegável, embora nós só possamos obter dela uma prova indireta e por negação, ou seja, nós mostrarmos a impossibilidade de que ele não exista. Você tem que ser algo para poder ter determinada propriedade. O que não existe não tem propriedade, que seriam essas três propriedades que estou citando aqui: o eu histórico, o eu executivo e o eu social. Eles seriam absolutamente inviáveis se você não existisse como um eu desde muito antes.

Ao longo da história os filósofos tentaram muitas vezes discutir este problema, porém tomando como ponto de partida, ou o pensamento, ou as sensações, e procurando ver se por trás dessas funções e desses estados existiria algo de substantivo.

São clássicas, por exemplo, as objeções de David Hume: ele diz que quando você tem sensações, a existência delas é manifesta; você as sente. Mas ele diz que não tem nenhuma prova de que por trás dela existe um ‘eu’ que esteja sentindo isso. Eu percebo somente as sensações.

Não sei se vocês percebem que esta frase é autocontraditória: quando ele diz: *eu não percebo nenhum eu por trás*; eu digo: se você tiver somente as sensações, você não poderia dizer que as teve. Este é um caso extremo de paralaxe cognitiva, onde o próprio fato de a frase ter sido enunciada prova que o conteúdo dela é falso. E no entanto Hume não mostra a menor consciência de estar dizendo uma enormidade. Como ele consegue fazer isso? Ele consegue fazer isso porque no instante de montar o seu raciocínio sobre as sensações, ele faz abstração de quem está montando aquele raciocínio. Ele está ao mesmo tempo fazendo algo e apagando a pista do sujeito executivo que fez, que foi ele mesmo. Como eu poderia examinar as minhas sensações, ou a minha memória, ou o meu pensamento, se eu nada fosse além deles? No instante mesmo em que ele enuncia esta frase, ele está afirmando taxativamente a diferença que a frase nega, que é a diferença entre pensar e existir.

Para pensar é preciso existir, evidentemente, e para recordar os pensamentos é necessário continuar existindo. Mas eu posso fazer abstração dessa continuidade da minha existência temporal e raciocinar como se os pensamentos aparecessem por si mesmos. Este é um caso de separação entre a consciência pensante e a consciência agente, ou, se quiserem, entre o eu histórico e o eu substantivo, e isto é exatamente o miolo da paralaxe cognitiva. É evidente que é um estado patológico.

Mais tarde, houve psicólogos e antropólogos que tentaram explicar a existência do nosso eu como fruto do treinamento recebido da sociedade. A “sociedade” — que eu não sei o que seja, porque a existência da sociedade, ou da estrutura social, não é um elemento intuitivo: é um elemento que eu tenho que captar através de construções intelectuais muito complexas — teria então este poder de impor às pessoas uma identidade permanente. Mas como eu posso impor uma identidade permanente a quem não tenha nenhuma? Como o sujeito vai saber que a identidade dele é dele? Como é que ele não vai esquecer no dia seguinte?

Você pode dizer: é a continuidade da memória. Eu digo: sim, mas a continuidade da memória se refere a que? Qual o objeto dela? Se não houver um objeto e um sujeito que permaneça o mesmo entre dois atos de memória, eu não posso conectar um com o outro. Portanto, para onde quer que nós nos voltemos, a existência do eu substantivo por baixo do eu histórico, do eu social e do eu executivo, continua uma realidade patente. **[1:10]**

No entanto, o eu substantivo pode ser reconhecido como existente, mas ele não pode ser pensado. Tão logo ele se torna objeto de pensamento ele se torna eu histórico e, portanto, passa a existir só como pensamento. Mas enquanto você está fazendo isso com o seu eu substantivo ele continua existindo por baixo disso. Então o eu substantivo não pode ser pensado, mas, curiosamente, ele pode ser conhecido, e você o conhece senão você não poderia pensá-lo. Aí se torna necessário reconhecer a existência do modo de conhecimento que não é pensado, e é o que eu chamo de *conhecimento por presença*; que é assumir a presença.

Como praticamente toda a tradição filosófica do ocidente —, sobretudo a tradição moderna — consiste somente em examinar pensamentos, a existência do eu substantivo foi colocada entre parênteses porque dentro de todo o repertório dos pensamentos humanos, das sensações humanas e da memória humana, não encontraram o eu substantivo. Ele não pode ser encontrado ali.

Só que, como a filosofia moderna não o encontrou dentro da esfera que ela está acostumada a examinar, ela chegou à conclusão de que ele não existe, ou é fruto de alguma outra coisa. Houve gente que disse que era até uma imposição gramatical, quer dizer, lhe impuseram uma pessoa

verbal. Mas impuseram a quem? Se eu não estava lá, como poderiam impor-me o que quer que fosse?

A existência dessa modalidade não mental de conhecimento — não é nem mental e nem física — é a verdadeira dimensão da realidade. Não se pode esquecer que mental, físico etc, são somente distinções que o nosso pensamento impõe à realidade. Mas se não existisse a realidade, muito menos existiria meu pensamento, e muito menos eu poderia impor a ela qualquer divisão que fosse.

Então todo o nosso mundo mental, todo o mundo das sensações, dos pensamentos, da memória, das recordações, de toda a filosofia e de toda a ciência etc., não são nada mais senão distinções e diferenciações que eu impus dentro de uma realidade existente. Qual é essa realidade existente? Eu mesmo em primeiro lugar.

Quando eu digo que o seu eu pode ser conhecido, você sabe que ele está presente, sabe que ele é você, que ele é a realidade por baixo de todos os seus pensamentos, porque os pensamentos mudam, as sensações se vão, até as células do seu corpo se vão e você continua tendo a mesma presença do eu substantivo.

Quando eu digo que isto pode ser conhecido, mas não pode ser pensado, não pense que isto vai tornar esse eu substantivo uma categoria muito estranha para você, porque o mesmo se aplica a qualquer pessoa que você conheça. Claro que você pode pensar nas pessoas, mas o que você conhece delas em pensamento não são elas, mas simplesmente algo que você recorda delas. O que você conhece delas por sensação física, não é só o que você está vendo agora, porque quando você encontra uma pessoa que você conhece, seja sua mãe, seu namorado, sua mulher ou seu filho, você o reconhece como um eu que está presente na sua totalidade, e este eu você não pode apreender nem por pensamento, nem por sensação, nem por coisa nenhuma. Mas se você não apreendesse este eu, você não reconheceria a pessoa duas vezes. Não é pela semelhança da imagem física que se conhece a pessoa porque, por exemplo, se a pessoa fica louca, esquizofrênica, você sabe que ela não está mais ali, que está faltando algo fundamental.

Todo e qualquer ser humano pode ser conhecido por outro, mas não pode ser pensado. Pode-se pensar a respeito da pessoa, mas não se pode pensar *a pessoa*. Se você a pensasse ela se tornaria inteiramente um dado da sua consciência, um produto de sua elaboração mental e ela cessaria de existir como tal.

Tanto o nosso eu substantivo como o conhecimento que nós temos de qualquer pessoa, é que nos dá a dimensão de *existência*. Note que tudo o que nós pensamos e conhecemos são essências, propriedades etc., mas e *existência*? Nem mesmo a percepção sensível atual me dá a informação de existência, porque qualquer percepção sensível se refere somente aos dados que estão presentes aqui. Portanto, também é um conteúdo de consciência meu. Tudo o que eu sinto, penso, lembro etc, é tudo conteúdo de consciência meu. O que me garante que tudo isto existe efetivamente, e não é apenas um pensamento meu? É porque eu também existo para mim mesmo como algo que é mentalmente inacessível, e eu sei disto. O conhecimento da minha própria existência chega a mim não como uma informação dos sentidos — a informação dos sentidos é apenas um estado mental meu. Chega não apenas através da minha memória, mas chega através desta modalidade não mental de conhecimento, que é o conhecimento por presença, que está subentendido por baixo de todo o conhecimento por pensamento, por memória etc.

Esta dimensão de existência foi tão esquecida ao longo da filosofia moderna, que no século XX houve uma reação chamada existencialismo, que diz que a existência é tudo. Mas daí tiraram conclusões erradas também. O que eu estou falando não é existencialismo, é outra coisa completamente diferente. Mas o existencialismo pode ser todo explicado como uma reação tardia e inapropriada ao esquecimento da dimensão *existência*. Quer dizer que durante séculos a filosofia não fez nada, senão examinar pensamentos humanos, fazendo abstração da existência ao ponto de declarar, como Hume, que ele próprio não existe, que existe apenas suas sensações, seus pensamentos etc.

Sensações e pensamentos são todos descontínuos, e a existência é contínua no tempo. Não se pode falar de existência instantânea. Uma coisa que existisse por um fragmento infinitesimal de tempo, não existiria de maneira alguma. É dizer: existência é persistência no tempo; persistência absolutamente imutável. E é necessário que exista esse fundo imutável para que as mudanças possam ocorrer a algum sujeito.

É neste *eu substantivo* que você encontra a experiência de imortalidade. É ali que você entende que a partir do momento que este eu substantivo existe, não tem como ser suprimido, porque ele está por baixo de todas as mutações e está inclusive por baixo da suprema mutação que é a morte. Tanto está, que nestes estados de morte clínica o eu substantivo permanece.

Você não vai entender isto direito enquanto você tentar apreender isto por pensamento. Não é possível pensar isto. Isto só se pode aceitar. Você pode assumir, por assim dizer, a responsabilidade de saber que você existe substantivamente.

Com isso vou responder uma pergunta aqui:

*Aluno: Sobre esse tema da alma imortal, não sei se compreendo bem o que o senhor está expondo. A alma carnal representa as sensações e apetites, algo de intelecto, mas não o nuls e a vontade? E a alma imortal representa o intelecto agente, o nuls e a vontade?*

Olavo: A resposta a toda esta pergunta é: não sei. Aqui você está tentando converter esta explicação numa outra terminologia que não foi feita para ela. Toda essa terminologia desenvolvida pela filosofia [1:20] clássica e escolástica, destina-se a descrever a estrutura do ser humano a partir do fato da alma carnal e dos seus estados interiores. Eu não estou partindo da existência de um negócio chamada alma carnal. Eu estou partindo de uma coisa muito mais básica. Note bem que em toda esta explicação eu não usei uma única vez a expressão carnal e espiritual. A diferença do carnal e do espiritual só existe partindo do carnal, que é exatamente o que eu não fiz. Então eu não creio que seja possível descrever este fenômeno que estou descrevendo com estes outros conceitos, mesmo porque o que estou fazendo é uma descrição de experiência, por isso mesmo não pode ser uma demonstração.

*Aluno: A alma imortal é a que vai para o inferno? Aquilo que o senhor chama alma carnal e eu narrativo social só existe neste mundo e, portanto, não define a salvação ou danação?*

Olavo: Sim é claro. Como que a parte carnal poderia ir para o inferno se ela morreu. Se ela morreu não tem mais aquele corpo, então aquilo não pode sofrer ação nenhuma; mas o eu substantivo sim, este vai. O eu substantivo pode ser chamado de alma imortal.

*Aluno: A alma carnal não faz escolhas porque ela não tem vontade e apenas segue as paixões e os apetites?*

Olavo: A alma carnal não existe, ela é apenas um aspecto do seu eu substantivo. É um aspecto que vigora durante sua vida biológica; ela não é outra coisa, não é outra pessoa; não é outro ente. Ela é apenas uma função. Deus, por mais onipotente que seja, não poderia punir uma função. Ele tem que punir um sujeito, e o único sujeito que existe é o eu substantivo; então somente este pode ser, teologicamente, objeto de salvação e danação. Para aqueles que têm uma perspectiva religiosa é o seu eu substantivo que pode sofrer salvação ou danação. O outro não pode sofrer de maneira alguma. O outro é só uma função. É uma função temporária.

Existe um ditado russo que diz “*Um só idiota é capaz de fazer mais perguntas do que sessenta sábios poderiam responder*”, e isto acontece dentro de nós. A parte nossa que faz perguntas, é a parte que tem angústia, que tem medo e que deseja segurança. Não é a parte que deseja efetivamente conhecer. A origem das nossas perguntas nem sempre é uma curiosidade cognitiva efetiva; em geral é apenas a busca de um alívio para a angústia, para o medo. E este estado não é o mais apropriado para a busca de conhecimento. Embora Aristóteles tenha dito que o conhecimento começa com o espanto, se o espanto não passar você não vai conseguir conhecer nada. Ele nasce de uma meditação retroativa sobre algo que o espantou. Mas se continuar espantando você vai ficar assustado demais para poder examinar a realidade como ela é. Então, aos poucos, é necessário que nossa máquina de perguntar se cale e entre em ação a máquina de admitir a verdade.

Kant dizia: “*Nós temos que interrogar a natureza, interrogar o objeto como um policial interroga a testemunha*”. Eu digo: assim você não vai conhecer nada porque vai obter dele as respostas que você quer. Você vai forçar o sujeito a falar. É como aquela piada do policial brasileiro no concurso de polícia onde se soltava um coelho e tinha que achar o bicho mais rapidamente. Daí a polícia americana achou em 20 minutos a inglesa em 10 minutos etc., mas o brasileiro achou em 2 minutos: abriu a caixa e tinha lá um porco-espinho, aterrorizado, confessava: “Eu confesso, eu sou o coelho! Eu sou o coelho!”. Então o método do Kant resulta nisso: você aterroriza o porco-espinho e ele diz que é um coelho.

O negócio é perguntar quem você é? O que você é? E esperar que o objeto diga, seja o objeto humano, seja qualquer outro objeto. É isso que chamo de contemplação amorosa, que consiste em não encarar o objeto como quem o interroga como um policial, mas como quem quer ouvi-lo. Quem tem amor pela existência daquele objeto, quer que ele seja ele mesmo e quer que ele se declare. É por este método que estou obtendo estas coisas. Não é espremendo e perguntando. É esperando que a realidade fale por si. É isto que chamo de método da confissão, ou método da admissão.

É evidente que se nós queremos imediatamente uma resposta a todas as questões teológicas que podem surgir a partir daí, vamos ficar numa confusão dos diabos. Não se trata disto. Talvez essas perguntas tenham respostas, mas não já. Quem disse que essas perguntas são adequadas ao objeto? É necessário esperar que ele diga. Nós estamos aqui reconhecendo um fato e não proclamando uma doutrina. Para passar do reconhecimento do fato a uma doutrina, especificamente a uma doutrina teológica, os passos são muitos e bastante complicados.

Algumas coisas são bastante óbvias, como por exemplo, primeiro: se existem um céu e um inferno, somente o eu substantivo ou a alma imortal pode ir para lá. Segundo: a alma carnal não existe enquanto tal. Existe somente como uma função temporária do próprio eu substantivo, senão voltaríamos de novo ao vício lingüístico ‘dentro do corpo’ e ‘fora do corpo’. O corpo é uma função.

Ele está colocado dentro do eu substantivo e é uma função temporária; então só pode ser entendido como tal. Ele não é a sede onde as coisas acontecem. Estes experimentos de morte clínica mostram isso da maneira mais patente, porque o que o sujeito apreende neste momento — é incrível! — são sensações físicas: o sujeito vê, ele enxerga coisas, pessoas, lugares que existem e que estão sendo observados no mesmo instante por outras pessoas que estão vivas e acordadas, ou seja, não é um estado mental desta pessoa. Como pode haver estado mental sem atividade cerebral? Tudo o que é mental é cerebral, então isto não é mental, isto é existencial. E por isso mesmo só acontece num estado de parada da atividade cerebral. Então não é um estado mental.

Mas nós estamos tão habituados a olhar tudo pelo lado mental, que nós voltamos a colocar a questão nestes termos uma vez, duas vezes, mil vezes, e mil vezes o objeto vai nos dizer que não é assim. Você conhecer o seu eu substantivo, ou sua alma imortal, mentalmente, é tão impossível quanto conhecer uma pessoa mentalmente.

Se você reduz uma pessoa a um conteúdo da sua consciência, o que você está conhecendo não é ela, é um pensamento que você teve a respeito dela. Ora, na vida diária nós temos esta experiência mil vezes! A diferença entre pensar numa pessoa e encontrá-la. A presença física basta para isso? Não. A pessoa pode estar na sua frente e você não tem consciência dela como pessoa, Mas às vezes você tem. Então você entende que ela é um centro executivo agente; que ela é um eu substantivo separado e distinto do seu. E que ela usa a palavra eu com o mesmo direito que você usa. Ou seja, ela está investida de existência real. É só assim que você conhece o ser humano. No resto você pode conhecer estados dela tal como você os recorda, pensamentos, circuitos mentais dela, mas isto não é ela. O conjunto do que você pensa sobre uma pessoa é um grão de areia no oceano, comparado com a pessoa real.

*Aluno: Quando Cristo diz “Ama a teu próximo como a ti mesmo”, quer dizer que em primeiro lugar é preciso cuidar da alma imortal, como recomenda Sócrates na Apologia, pois só a alma imortal é verdadeiramente capaz de amar o próximo? [1:30]*

Olavo: É lógico, pois só ela é que existe. A alma carnal é só uma função, e uma função não existe em si, ela existe como uma ação praticada por um sujeito. Então só um sujeito efetivamente existente é capaz de ter amor ao próximo.

*Aluno: Pede que o professor repita a explicação da diferença entre pensar ‘uma’ pessoa e pensar ‘numa’ pessoa.*

Olavo: Se você pensa numa pessoa, você pensa algo dela, algum aspecto ou alguns aspectos dela. Por mais complexos que sejam não abarcam a pessoa toda de maneira alguma. Estes aspectos só têm alguma validade, alguma realidade para você, porque sabe que eles estão encaixados dentro de uma pessoa real que transcende infinitamente esse círculo que você está pensando dela. Se, por um instante só, imaginasse que a pessoa se constitui só daquilo que você está pensando, ou do que você sabe dela, ela cessaria de existir como entidade independente e se tornaria um estado de consciência seu. Seria, então, um produto da sua mente. Você estaria sozinho pensando num ente inexistente que é constituído apenas de estados internos seus.

Então a validade de tudo o que nós pensamos e sabemos de outras pessoas baseia-se inteiramente na certeza que você tem de que cada uma delas é um eu substantivo que existe fora e independentemente de você. Se você suprimir isso então tudo se transforma num teatro mental, e

pensar em pessoas é apenas vivenciar estados subjetivos dentro de você mesmo. Você estaria na mais absoluta solidão, num estado solipsístico.

No entanto nós sabemos que essas outras pessoas estão ancoradas na realidade, que elas têm um eu substantivo, e isto não depende da sua presença ou ausência física momentânea. Pessoas que existiram em outras épocas e das quais você só sabe aquilo que você pode ler a respeito delas ou que outras pessoas relataram delas, esses pontos que você fica sabendo só têm validade porque você sabe que essas pessoas existiram substantivamente e que, na sua totalidade, no seu verdadeiro ser, elas tinham muito mais do que isto.

Por exemplo: imagine todos os processos fisiológicos e neurofisiológicos necessários para que a pessoa continue existindo no tempo. Esses processos nunca são interrompidos. Desde que a pessoa nasce até que ela morre eles são contínuos. Se parar os batimentos cardíacos ou se parar o funcionamento do cérebro, a pessoa morre. Como você poderia pensar todos os processos fisiológicos de uma pessoa, desde que ela nasce até sua morte? Isso é impensável, e, no entanto, você sabe que isto existe. Você sabe que se a pessoa está viva é porque os processos continuaram e não pararam um minuto sequer. Esta continuidade existencial, mesmo considerado só do ponto de vista físico, é o elemento fundamental para que você saiba que aquela pessoa é real e não um produto da sua consciência. E, no entanto, tudo isso é inacessível ao seu conhecimento mental.

Mas, por baixo desse conhecimento mental, você tem a certeza da presença substantiva. O conhecimento por presença não é pensável, mas é a coisa mais óbvia do mundo! Ele está presente em tudo e ele está embaixo de tudo o que nós pensamos. Só que ele não é um estado de consciência, não é um conteúdo do seu pensamento. Ele é uma situação real, existencial, que você só pode admitir. E esse admitir significa saber que não foi feito por você; saber que você é apenas um dentro de uma infinidade de existentes. Aí você passa do plano do mero conhecimento, do plano do pensamento, para o plano do fato, e esta é justamente a diferença que vai aparecer num segundo exemplo, que também vem através de uma pergunta:

*Aluno: O Padre Paulo Ricardo em seu site diz que a filosofia consegue investigar até um determinado ponto sobre o ser humano no sentido teleológico, e a partir daí não consegue; e a escatologia caminha para além deste ponto partindo da Revelação Divina.*

Olavo: Você não pode esquecer o seguinte: tudo o que nós, na ciência, na filosofia etc. podemos fazer, é obter conteúdos do nosso pensamento de modo a fazer com que eles sejam adequados à realidade existente. Mas a Revelação Divina não é um pensamento e nem uma doutrina, ela é um fato; um fato que está presente assim como o universo físico está presente. Não é um conteúdo do nosso pensamento. Então do ponto de vista universitário ou disciplinar nós podemos dizer: aqui nós temos a faculdade de filosofia e ali a faculdade de teologia, mas substantivamente estas coisas não estão no mesmo plano. Claro que a teologia enquanto disciplina praticada por homens está mais ou menos no mesmo plano da filosofia, mas o conteúdo dela — que é a Revelação Divina — é o próprio universo. É a própria realidade universal. Não é um conteúdo de pensamento. Embora chegue até nós em forma de uma doutrina elaborada por homens, ela não está no mesmo plano porque você está confrontando um conjunto de pensamentos e elaborações teóricas humanas com o próprio fato brutal da existência. Como diz Santo Tomás de Aquino: “*Nós falamos através de palavras, Deus fala através de palavras e dos fatos*”, que fatos? A totalidade deles, ficando claro que estas coisas não estão no mesmo plano.

Em que se constitui a Revelação Divina? É aquilo que está na Bíblia e no Evangelho? Não, isso aí veio muito depois. A primeira Revelação Divina foi a própria criação, a totalidade do cosmos existente. Como você pode colocar isto no mesmo plano de uma teoria humana? Não dá. A finalidade da nossa teoria é nos adequar a isto e não tentar equacionar duas doutrinas no mesmo plano. Também é claro que muitas vezes a pessoa do teólogo pode assumir um papel até abusivo nisto, porque ele vai pegar a sua teologia pessoal e investi-la da autoridade da própria Revelação Divina. O mundo está cheio de teólogos que fizeram isto. Por isso mesmo é que considero a teologia uma disciplina perigosa, até certo ponto. A Revelação Divina é o próprio tecido da realidade, é Deus falando através dos fatos, mas a interpretação que um teólogo em particular faz disso não é a mesma coisa. Também não quer dizer que os filósofos não possam ser afetados da mesma doença; todos podem. O filósofo apenas deve ter a consciência de que ele não está falando em nome da Revelação Divina, mas apenas das suas parcas luzes. O teólogo, se ele fala em nome da Revelação Divina, tem que tomar cuidado com o que fala. Não é qualquer especulação teológica que vale, senão até a Teologia da Libertação valeria alguma coisa.

*Aluno: Se a existência do eu substantivo tem permanência no tempo, então as três funções acabam com a morte?*

Olavo: Elas acabam em que sentido? Na verdade elas não podem acabar. Elas acabam no sentido executivo, mas enquanto dado de memória da alma imortal elas não acabam. Elas simplesmente deixaram de ser executivas e passaram a ser conteúdos de consciência. Você se lembra da sua vida. E se você se lembra, ela não acabou completamente; ela simplesmente deixou de ser executiva, e ela se transforma num dado do passado, já então fechado. [1:40] Como na citação “*Tel qu'en lui-même enfin l'éternité le change*”, que quer dizer: o sujeito morreu e aquela seqüência de transformações, a que nós chamamos a vida terrestre, acabou. Ela acabou. Ela não sucede mais. Mas ela não é extinta, ela não desaparece, ela não volta para o nada. Isto é muito importante.

O fato de que nestas experiências de morte clínica o sujeito veja o seu corpo, mostra que o corpo se transformou para ele, agora, num dado de consciência. Portanto não se pode dizer que ele está separado do corpo. Dizer que ele está separado do seu próprio corpo quer dizer que ele está separado dos próprios dados de consciência. É uma coisa que não quer dizer nada. Ter consciência de algo é estar ligado a ela de alguma maneira. Não há uma extinção, mas é como se fosse uma reversão, uma mudança de perspectiva: o que era grande fica pequeno, o que era próximo fica distante, o que é presente se torna passado etc.

*Aluno: O eu substantivo fica na eternidade.*

Olavo: Ele fica na eternidade e tudo o que está dentro dele como conhecimento também fica na eternidade.

*Aluno: O que eu não entendo é em que estado ele fica na eternidade.*

Olavo: Ele fica na eternidade no mesmo estado em que ele está aqui agora, porque se ele é imortal ele é imortal agora. A consciência continua do mesmo modo. Lembro-me de ter mencionado os fatos relatados pelo Monsenhor de Ségur, de pessoas que retornaram do inferno para informar às outras pessoas: “Olha, eu estou aqui por uma sentença justa de Deus”. Se ele sabe que a sentença é justa é porque ele se lembra do que ele fez. Então tudo o que ele fez, toda sua vida terrestre, está lá presente, só que ela não é mais o centro executivo. O centro executivo é o próprio eu eterno.

A dificuldade aqui é de terminologia. Toda terminologia da filosofia, e da teologia também, foram feitas com imagens tiradas da nossa vida terrestre. Então só se aplicam a essas realidades por analogia, de uma maneira imprópria. Tudo o que nós dizemos aí temos que contar com a capacidade do ouvinte de entender para além do que nós falamos, ou seja, se vocês podem reconhecer o que estou dizendo, é porque de algum modo vocês tem a intuição do seu eu substantivo. Não é a alma carnal que tem a intuição do eu substantivo, é o eu substantivo que tem a intuição da alma carnal. É só ele que age, na verdade. A dificuldade é que ele não pode ser objeto de pensamento; ele só pode ser objeto de reconhecimento. Mas tão logo você o reconhece, o seu foco de atenção também se desloca da esfera carnal para a esfera imortal, e você começa a ver as coisas num outro plano.

Isto pode ser extremamente desconfortável para a mente carnal porque ela está acostumada a pensar que aquele “mundinho” no qual ela vive é tudo e, de repente, ela descobre que: *Não! Não é que o mundo é muito maior do que eu estava pensando; eu mesmo sou muito maior do que eu estava pensando.* Eu não posso me pensar, não posso transformar a mim mesmo em objeto de pensamento. Eu posso pensar em mim, mas não posso pensar a minha pessoa como totalidade. Eu só posso existir e aceitar a existência. Assim como não posso pensar o Universo. Eu só posso pensar num conceito do Universo. Mas o conceito do Universo é um pensamento meu. E o Universo? Continua existindo fora de mim! É a diferença entre você estar pensando uma imagem do universo, que pode ser bastante complicada, mas na sua totalidade ela é muito menor e muito menos complexa do que o próprio Universo.

É o mesmo problema que você tem ao tomar consciência do seu eu substantivo, ou da sua alma imortal: ele não é pensável, ele só é assumível. Ele é aceitável. Ele tem que ser aceito como realidade, como qualquer fato. Nós só conseguimos pensar os fatos na medida em que nós os aceitamos; e na hora em que os aceitamos, nós sabemos que qualquer fato, por menor que seja, é transcendente ao nosso pensamento. Nós sabemos que só pensamos, só apreendemos e conscientizamos partes e aspectos. Como é que essas partes e aspectos se juntam e fazem sentido? Faz sentido porque você tem a consciência da densidade do mundo existente e da densidade existencial da sua própria pessoa, ou seja, é por causa de um não pensável, que você é capaz de pensar.

O segredo não é pensar, não é ficar interrogando, é aceitar a realidade.

Sei que é quase impossível o indivíduo permanecer nesse estado de consciência o tempo todo, porque temos que agir, temos que sobreviver na esfera terrestre, na esfera carnal. Temos que dirigir nossa atenção para lá; e ainda existem as solicitações da alma carnal, que embora temporárias, são fortes: a fome, o medo, o cansaço, as pressões e contrapressões da vida; tudo isto nos mantém ocupado. Porém o fato de você não estar sintonizado o tempo todo na esfera de alma imortal não quer dizer que se tem que esquecer. A simples convicção de que você é isto, pode se tornar um conteúdo de pensamento e este conteúdo de pensamento pode lhe recordar do dever de você, de tempos em tempos, retornar àquela consciência de alma imortal.

Esta consciência é a coisa mais satisfatória que um ser humano pode experimentar. É realmente uma causa de plenitude, de júbilo, porque este é o estado natural da nossa alma imortal. Nós fomos feitos para a felicidade eterna. Isto é muito importante. Claro que podemos perdê-la, evidentemente, mas não adianta se esforçar para conquistar a felicidade eterna se você não reconhece que você já a tem! Isso já lhe foi dado! Caso contrário, você estaria fazendo uma força para produzir um milagre extraordinário: um “serzinho” feito para a infelicidade terrestre, pelo simples fato de que ele morreu, abre-se uma perspectiva imensa para ele e então começa a ter a felicidade eterna! Ora, Isto

seria uma transmutação e esta transmutação não existe! Você foi feito para a felicidade eterna, não para depois da sua morte; você já está aqui para isto.

Embora a premência das exigências terrestres possam lhe distrair disso, só o fazem temporariamente, pois no fundo você continua sabendo daquilo. Pelo simples fato de você ter a consciência do eu substantivo permanente você já sabe que é uma alma imortal. Mesmo aquele que nega isto, continua sabendo do mesmo jeito. Não vai fazer a mínima diferença. Isto é um fato e não tem como negar.

Quando se fala da Revelação Divina, é preciso tomar a palavra em toda a sua força. Se ela se constituísse apenas do texto (do Antigo Testamento e do Novo Testamento), isso seria o absurdo dos absurdos. Quer dizer que Deus não abriu nada para nós antes de escrever aquelas páginas? E o que estava o Universo inteiro fazendo antes disso? Se nós entendemos que a nossa própria existência, embora imortal e indestrutível, não tem fundamento em si, porque você percebe claramente que tem este poder da imortalidade, mas você não é *causa sui*, você não se inventou, você não trouxe a si mesmo à existência, então não sabe por que está na existência e não sabe como entrou nela. O simples fato de constatar que você está aí, que você existe, e que existe para sempre sob esta modalidade indestrutível, se isto não encher você de júbilo, nada mais poderá alegrá-lo. Porque não tem nada melhor que você possa querer.

Se a alma humana é imortal, a duração de uma só alma humana é superior à de toda a história humana, e é superior à de toda existência do Universo físico. Isto significa que o repertório inteiro das possibilidades humanas está aberto para você; e até de possibilidades sobre-humanas que você nem é capaz de conceber. O que mais você está querendo? **[1:50]**

É claro que nas condições da vida terrestre, que são tão limitadas e prementes (o ser humano na terra é um bicho muito frágil! É incrível como é fácil matá-lo! Você tampa a respiração dele um pouquinho, ele morre! Você toca em certos pontos do corpo, ele morre! Já vi estudos de artes marciais que revelam que tem jeito de matar o sujeito no dedo! É de se pensar que somos como uma folha de papel; que podemos ser extinto a qualquer momento.), a vida é muito dura e muito exigente para o ser humano! As pressões são terríveis! As pressões para você perseverar na existência terrestre são uma coisa de outro mundo, de poderosas que são. Mas são poderosas pela sua pressão no momento, não ao longo do tempo. O velho ditado “*Não há mal que sempre dure e nem bem que nunca se acabe*”, revela a modalidade da nossa existência terrestre, ou seja, o mal, a compressão, a paixão, a tentação esmagam você, mas só durante um momento, e não podem continuar. Mas o seu eu substantivo continua de qualquer maneira.

A nossa dificuldade de falar dessas coisas é porque toda nossa fala, todo o nosso pensamento, está adequado a uma troca de sinais terrestres. Mas, com um pouquinho de atenção, você percebe que por baixo de todos os seus estados existe o eu substantivo, e ele não é um dado do seu pensamento; ele é uma condição para o seu pensamento. Mediante o reconhecimento disto, você entra numa esfera de conhecimento supramental (ou metamental), que abrange o mental sem destruí-lo. Porque se fosse o caso de destruí-lo, de destruir o eu, daí eu não me lembro de nada, daí eu não sei onde estou.

A pergunta surge deste cacoete linguístico que está espalhado pela nossa sociedade: “*Para onde nós vamos depois da morte?*” nós não vamos a parte alguma! É como, quando teve o golpe de 64, telefonaram para o governador Magalhães Pinto para saber de que lado ele estava e perguntaram “Onde está Minas?”, e ele, em cima do muro, respondeu “Minas está onde sempre esteve”. Nós

também somos como Minas, nós estaremos onde sempre estivemos. Não se trata de um problema de lugar. Claro que existe o deslocamento no espaço... Isto até poderíamos perguntar ao Padre Paulo Ricardo, porque isso eu realmente não sei. A doutrina católica diz que o inferno é um lugar, mas e a bem aventurança é um lugar? Eu acho que não. O inferno é um lugar até mais espremido do que a Terra, mas a bem aventurança não pode ser um lugar. Ao contrário, acho que a libertação das determinações espaciais é uma coisa que pode ser importante, mas eu não sei e não pretendo resolver este problema.

*Aluno: Sobre a experiência do eu coletivo e individual, gostaria que o senhor esclarecesse se ambos os pontos de vista não poderiam ser complementares, referindo-me principalmente ao que o Apóstolo dizia que somos todos integrantes do Corpo de Cristo.*

Olavo: Eu acho que isso é um dos aspectos mais reconfortantes da recordação de imortalidade, ou da consciência de imortalidade. É quando você sabe que você não existe *de per si*. Existe algo que não só lhe abrange, mas que o constitui por dentro e que está mantendo você na existência. Aí você entende que é mesmo um membro do Corpo de Cristo. É por isso que estou aqui!

*Aluno: Os cientistas criticam a fé, religião, superstição e misticismo, mas no fim o produto do método científico não viria do aspecto psicológico de uma interação espiritual, que é a mesma que age quando se crê sem preocupações de se explicar?*

Olavo: Eu acho que toda a concepção científica do Universo atual é uma mistificação. É uma invenção. Determinam-se certos axiomas que não tem justificativa nenhuma e cria uma concepção dentro daquilo e diz que aquilo é o Universo. Mas é muito fácil de demonstrar que aquilo não é. Que aquilo são aspectos do Universo. Dizer concepção científica do universo é uma contradição de termos. Não pode haver uma concepção científica do Universo. Pode haver conhecimento científico de determinados processos. A concepção científica do Universo deveria poder explicar a continuidade da existência, mas a continuidade da existência é a condição prévia para toda e qualquer explicação. A existência real não é explicada, ela é aceita. A ciência não passa de um modo de pensar, são coisas que nós pensamos a respeito disso ou daquilo, a validade disso depende de se colocar tudo isso dentro de um quadro ontológico viável. E a ciência por si mesma não pode criar este quadro ontológico. Então não é preciso se preocupar muito com isto.

*Aluno: Qual seria então a melhor atitude de um cientista frente à ciência? O que ele, basicamente, deveria saber ou fazer?*

Olavo: Acho que a primeira preocupação é esta: se você pratica uma ciência tem que entender que tudo o que está fazendo e descobrindo só faz sentido se estiver dentro de um quadro ontológico viável e defensável. Agora, se implicar contradições dum nível ontológico é melhor desistir, é melhor ser varredor de rua, ser frentista de posto de gasolina. Ou fazer como o Ennio Candotti, que deixou de ser cientista e foi plantar batata ou alface. O *stablishment* científico tem uma tal riqueza de informações e uma tal intensidade de atividade intelectual no mundo que às vezes dá a impressão de que ele mesmo se substitui ao próprio Universo existente. Você entra dentro do universo "científico" e acredita que aquilo existe; mas isso é uma coisa de avestruz: enfiar a cabeça num buraco e acreditar que está sabendo de tudo.

Quería fazer um reparo: durante o intervalo, um aluno aqui presente lembrou aqueles experimentos de morte próxima em que o indivíduo vê uma luz e tem como que uma antevisão do que seria a existência dele após a morte. Todos estes estados não têm nada a ver com o que estou falando aqui.

Eu estou me referindo apenas a experimentos de morte clínica nas quais o indivíduo deu informações sobre coisas que se passavam na terra, porque essas informações são verificáveis por nós.

Agora, como será a vida após a morte? Eu digo: todas essas informações (o famoso ponto de luz que o sujeito vê; as pessoas chamando, umas chamam para o céu outras para o inferno) tudo isto aí pode ter validade ou não, pois pode ser uma conversão simbólica da experiência que o indivíduo fez ao retornar à consciência. No instante em que ele retorna, ele dá uma forma narrativa ao que ele viu lá, e nós não temos meios de conferir.

Porém, se o sujeito que estava morto descreve ter visto uma pessoa na sala vizinha fazendo determinada coisa, ou vestida de determinada maneira, ou que viu alguma coisa que se passava no Mato Grosso do Sul e descreve o que era; ou que viu o esconderijo de Saddam Hussein, tudo isso é perfeitamente verificável. Estas narrativas tem importância metodológica para nós, as outras não. As experiências do estado *post-mortem* não nos interessam.

Só interessam estas experiências em que a pessoa relata fatos da ordem terrestre, física, que são verificáveis. Elas atestam a coisa que aparentemente é mais absurda: a existência de experiências sensível sem corpo! **[2:00]**

O que o sujeito viu num “outro mundo” pode não ser exatamente o que ele relata; pode ser que ao retornar à vida a imaginação do camarada preenche de formas sensíveis algo que ele imagina ter visto.

No caso destas coisas que estavam se passando realmente, mesmo que sua imaginação preenchesse de formas sensíveis uma outra experiência completamente diferente, como é que ela preencheu de coisas que a pessoa não poderia saber fisicamente? Este é o ponto!

*Aluno: Às vezes sinto em mim vergonha por certos atos e pensamentos e fujo, por assim dizer, a Deus, e graças a Ele antes de afundar no remorso busco retornar. Essa vergonha é uma função da alma carnal a atrapalhar a alma imortal?*

Olavo: Sem sombra de dúvida! O remorso é instrumento do demônio para mantê-lo embaixo. O que você tem que fazer é retornar a Deus com uma atitude de júbilo e gratidão. A alma que se acusa é a que está dentro do jogo da alma carnal; pior ainda: até sub-carnal! Porque o demônio está explorando, não sua alma carnal no que ela tem de melhor, mais forte, mais nobre, mas no que ela tem de mais fraco. Então você manda lamber sabão! Quem está me acusando é você. Deus não está me acusando de nada. Ele está me chamando. Ele me quer, Ele me ama.

Eu já contei minha experiência de que quando vou para Deus confessar meus pecados e quando sintonizo isso aí, esqueço o pecado. Acabou! Quer dizer, o perdão foi instantâneo.

Há uma série de imagens que nós temos (Tribunal Divino etc.) que são figuras de linguagem e, sob certos aspectos, elas são até ofensivas, se você pensar bem. Veja os juízes que nós conhecemos! Ver uma semelhança entre eles e Deus é algo ofensivo a Deus. Não se deixem enganar por figuras de linguagem. A única coisa que pode lhe dar um vago conhecimento da presença de Deus é a consciência de alma imortal, porque é perante ela que Deus está presente. E ela implica a total libertação dessas coisas!

Agora se você encara as coisas dentro de um plano exclusivo de alma carnal, você tem esses vários estados: estado de desejo, de tentação, de remorso, de vergonha etc. No mundo da imortalidade não existe nada disso. Se você fizer um montão de pecados, se você é o pior sujeito do mundo, se você é Joseph Stalin, não tem outro meio de chegar lá senão com um estado de gratidão e júbilo, ainda mais porque Ele sabe tudo o que você fez. Você pensa assim: eu fiz tudo isso e você ainda me quer na imortalidade, quer me dar tudo isso! Tem pessoa que não se conforma com isso, que diz: “Não! Não quero mais”. Isto é o inferno! Quando você reza e diz: não pelos meus méritos e sim pela sua misericórdia, é disso que você está falando. Não há alegria maior que a do perdão integral, dado sem motivo. Se você fosse para o céu porque você é santo não seria tão bom quanto ir levando sua carga de pecado, e aquilo tudo some! Não tem palavras para descrever isso. E você pode experimentar isso em vida, porque isso é a realidade divina e não uma coisa para se experimentar depois da morte. Você é imortal já! E o perdão divino está presente agora, neste momento. Ele está agindo o tempo todo.

Eu sei o seguinte: tem muito pregador e padre que estão aí só para colocar culpa na cabeça das pessoas. Quando vierem acusá-lo de alguma coisa, fale que você é muito pior do que ele está falando! Que fez muito mais coisas que ele não sabe! Que se lhe contasse sua vida, ele sairia correndo! Não ia conseguir olhar para sua cara! E que, apesar disso, você vai para o céu pela misericórdia de Deus. Que quem quer saber dos seus pecados é o capeta e que esta pessoa é uma enxerida!

No plano da alma imortal isso já está resolvido, e essa experiência você a terá inúmeras vezes.  
[2:06:20]

[Fim da aula 064, de 03/07/2010]

Transcrição: Dartagnan Zanela, Giovanni Torres Parra, Ana Angélica de Godoy Valente.  
Revisão: Eduardo Garcia de Queiroz